

Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, bens necessários à construção da ERS-126, parte do trecho 126RS0006 e integralidade do trecho 126RS0007: Entrocamento ERS-438 (São Jorge) – Ibiraiaras (Início do Contorno), trecho 126RS9050 de acesso sul a cidade de Ibiraiaras e Contorno Rodoviário da cidade de Ibiraiaras, trecho 126RS0008.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, inciso V, da Constituição do Estado, tendo em vista o que dispõe o Decreto-Lei Federal nº 3.365, de 21 de junho de 1941, com as alterações introduzidas pela Lei nº 2.786, de 21 de maio de 1956, e considerando o que consta no expediente nº 17590-04.35/14-1

DECRETA:

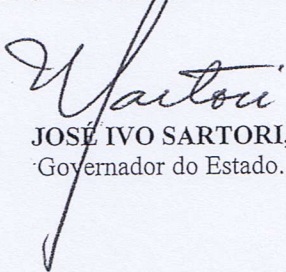
Art. 1º São declarados de utilidade pública, para fins de desapropriação, os bens necessários à construção da ERS-126, parte do trecho 126RS0006 e integralidade do trecho 126RS0007: Entrocamento ERS-438 (São Jorge) – Ibiraiaras (Início do Contorno), trecho 126RS9050 de acesso sul a cidade de Ibiraiaras e Contorno Rodoviário da cidade de Ibiraiaras, trecho 126RS0008, com início no Km 0+000 e final no Km 39+970, trecho 126RS9050 de acesso sul a cidade de Ibiraiaras com início no Km 0+000 e final no Km 1+540, com extensão total de 19,32 Km e com largura de faixa de domínio de 40,00m, e também o contorno rodoviário da cidade de Ibiraiaras, trecho 126ERS0008, com início no Km 39+970 e final no Km 43+670, com extensão total de 3,70 Km, com largura de faixa de domínio de 40,00m a ser construído segundo projeto aprovado pela Resolução nº 8.466, de 17 de setembro de 2015, do Conselho Rodoviário do Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem - DAER; bem como as pedreiras, jazidas, aguadas e outros bens necessários à construção, operação e manutenção da referida rodovia ou que na mesma possam ser utilizados.

Art. 2º Fica o Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem – DAER - autorizado a promover a desapropriação dos bens de que trata este Decreto, podendo ainda, se entender conveniente ao andamento da obra e de interesse público, requerer urgência nos processos expropriatórios que judicialmente propuser.

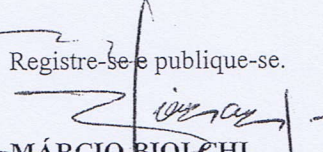
Art. 3º Os recursos para as despesas de desapropriação correrão por conta do projeto do orçamento do DAER - 3273 – Desapropriações - 449093 – Indenizações e restituições.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO PIRATINI, em Porto Alegre, 1º de dezembro de 2015.


JOSE IVO SARTORI,
Governador do Estado.

Registre-se e publique-se.


MÁRCIO BIOLCHI,

Secretário Chefe da Casa Civil.

José Guilherme Kliemann,

Secretário Chefe da Casa Civil Adjunto.

Expediente nº 17590-04.35/14-1
RFNR/1750 - Decreto desapropriação DAER

Publicado no
DOE nº 229
de 02/12/15